

SUMÁRIO

Primeira Parte PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

Capítulo 1

TIPOLOGIA DO DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO	23
---	-----------

Capítulo 2

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL	25
---	-----------

2.1.	Princípios do processo administrativo fiscal.....	25
2.1.1.	Princípios constitucionais	25
2.1.1.1.	Legalidade	25
2.1.1.2.	Impessoalidade	27
2.1.1.3.	Moralidade	27
2.1.1.4.	Publicidade	28
2.1.1.5.	Eficiência.....	30
2.1.2.	Princípios constitucionais do processo aplicáveis ao processo administrativo fiscal	31
2.1.2.1.	Inafastabilidade do controle jurisdicional da decisão proferida na esfera administrativa (artigo 5º, inciso XXXV) ...	32
2.1.2.2.	Devido processo legal (artigo 5º, inciso LIV).....	35
2.1.2.3.	Contraditório e ampla defesa (artigo 5º, inciso LV)	37
2.1.2.4.	A inadmissão das provas obtidas por meios ilícitos (artigo 5º, inciso LVI).....	44
2.1.2.5.	Duração razoável do processo (artigo 5º, inciso LXXVIII)...	48
2.1.2.6.	Motivação das decisões (art. 93, inciso IX)	50
2.1.3.	Aplicação dos princípios do processo administrativo do ente político ...	52
2.1.3.1.	Os princípios do processo administrativo federal e sua aplicação nas demais esferas.....	54

Capítulo 3**COMPETÊNCIA LEGISLATIVA 63**

- 3.1. Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil ao processo administrativo fiscal? 64

Capítulo 4**EFICÁCIA DAS NORMAS DE PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL NO TEMPO..... 67****Capítulo 5****PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL FEDERAL (PAF) 71**

- 5.1. Noções preliminares..... 71
- 5.2. Fase de instauração..... 73
- 5.2.1. Notificação de lançamento e seus requisitos 73
- 5.2.2. Auto de infração e seus requisitos 74
- 5.3. Impugnação..... 75
- 5.4. Questões procedimentais..... 79
- 5.4.1. Aspectos probatórios 79
- 5.4.2. Intimações 80
- 5.5. Fase de julgamento..... 81
- 5.5.1. O ônus da prova no processo administrativo fiscal 83
- 5.5.2. Decisão do processo administrativo fiscal 87
- 5.5.3. Reconhecimento de inconstitucionalidade na decisão administrativa..... 89
- 5.5.3.1. Reconhecimento de inconstitucionalidade de norma. O papel dos precedentes no Código de Processo Civil e seu impacto no processo administrativo fiscal 89
- 5.5.3.2. Reconhecimento de inconstitucionalidade de ato administrativo 93
- 5.5.4. Prejudicialidade da decisão do processo administrativo fiscal para a esfera penal..... 93
- 5.6. Recursos contra a decisão de primeira instância 95
- 5.6.1. Embargos de declaração 96
- 5.6.2. Recurso voluntário e remessa obrigatória 97
- 5.6.3. Depósito prévio ou arrolamento de bens como condição de procedibilidade de recurso? 99
- 5.6.4. O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF)..... 100
- 5.6.4.1. A extinção do voto de qualidade 102
- 5.6.5. Recurso especial 104

5.6.6. Pedido de reconsideração	105
5.7. "Coisa julgada administrativa"	105
5.8. Efeitos da decisão final	107
5.9. Limites das medidas constritivas administrativas	108

Segunda Parte

PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO

Capítulo 6

PRERROGATIVAS PROCESSUAIS DA FAZENDA PÚBLICA	113
6.1. Conceito de Fazenda Pública	113
6.2. As prerrogativas processuais da Fazenda Pública no processo tributário e sua legitimação	115
6.2.1. O Princípio da Supremacia do Interesse Público	115
6.2.2. Os direitos fundamentais processuais como filtros de legitimação das prerrogativas	118
6.3. A sistemática de prazos para a Fazenda Pública	121
6.3.1. Exceções	122
6.4. Intimação pessoal	123
6.5. Duplo grau obrigatório de jurisdição	124
6.5.1. Recursos em face da decisão da remessa necessária	131

Capítulo 7

TUTELA PROVISÓRIA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA.....	135
7.1. As espécies de tutelas provisórias	135
7.2. Contracautela para a concessão de tutela antecipada ou cautelar tributária...	137
7.2.1. Exigência de caução para a suspensão da exigibilidade do crédito tributário	140
7.3. Restrições à tutela provisória em matéria tributária	143
7.4. Efeitos da revogação da tutela provisória	147
7.5. Medida cautelar fiscal	149
7.5.1. Cabimento	149

Capítulo 8

EXECUÇÃO FISCAL	153
8.1. Conceito e cabimento. A certidão de dívida ativa	153
8.1.1. Presunção e requisitos da certidão	158

8.2.	Legitimidade ativa.....	160
8.3.	Legitimidade Passiva	166
8.3.1.	Sucessor do devedor	168
8.3.1.1.	Espólio	168
8.3.1.2.	Sucessão da pessoa jurídica.....	169
8.3.2.	Responsabilidade dos sócios	171
8.3.2.1.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica na execução fiscal?.....	177
8.3.3.	Executado falido	180
8.4.	Competência	184
8.4.1.	Competências constitucionais.....	184
8.4.2.	Competência territorial.....	185
8.4.3.	Falência do executado: deslocamento da competência da execução fiscal?	186
8.4.4.	Reunião de execuções fiscais	187
8.5.	Procedimento	188
8.5.1.	Propositura da execução.....	188
8.5.2.	Indícios de bens para a propositura da execução fiscal federal. O regime diferenciado de cobrança da dívida ativa federal	190
8.5.3.	A citação do executado.....	192
8.5.3.1.	Modalidades de citação	192
8.5.4.	Intimação da Fazenda Pública.....	194
8.5.5.	Penhora	195
8.5.5.1.	Ordem especial de bens para a penhora	196
8.5.5.2.	Penhora de dinheiro	197
8.5.5.3.	Seguro garantia e fiança bancária	200
8.5.5.4.	Penhora de faturamento da pessoa jurídica	203
8.5.5.5.	Intimação da penhora	204
8.5.5.6.	Substituições de penhora	205
8.5.5.7.	Fraude à execução fiscal.....	206
8.6.	Outras medidas executivas na execução fiscal	207
8.6.1.	Medidas coercitivas administrativas.....	208
8.6.1.1.	Protesto de dívida ativa.....	208
8.6.1.2.	A averbação pré-executória enquanto medida coercitiva ao pagamento do crédito tributário	211
8.6.2.	Medidas coercitivas no curso da execução.....	212
8.7.	Defesas do executado.....	216

8.7.1.	Embargos à execução	216
8.7.1.1.	Formas de contagem do prazo para embargos	217
8.7.1.2.	Exigência de garantia para a admissibilidade dos embargos?.....	220
8.7.1.3.	Efeito suspensivo	225
8.7.1.4.	Competência	227
8.7.1.5.	Cognição e procedimento	228
8.7.1.6.	Recursos.....	229
8.7.2.	Outros meios de defesa do executado	233
8.7.2.1.	Exceção de preexecutividade ou objeção de não executividade.....	233
8.7.2.2.	Outras ações autônomas – a ação anulatória de débito fiscal	234
8.8.	Suspensão da execução fiscal	236
8.9.	O concurso de preferências entre entes públicos.....	240
 Capítulo 9		
AÇÕES ANTIEXACIONAIS – REGRAS GERAIS.....		243
9.1.	Conceito e espécies	243
9.2.	Competência nas ações tributárias.....	244
9.2.1.	Ações tributárias em face da União ou da Fazenda Pública federal....	244
9.2.2.	Ações tributárias em face das Fazendas Públicas Estaduais, Municipal e Distrital.....	248
9.3.	Suspensão da exigibilidade do crédito pela propositura de alguma dessas ações?	250
9.4.	Procedimento das ações tributárias.....	251
9.4.1.	Obrigatoriedade de audiência de conciliação ou mediação nas ações tributárias?	252
9.4.2.	Revelia nas ações tributárias	255
9.4.3.	Ônus da prova nas ações tributárias	257
9.4.4.	Honorários advocatícios nas ações tributárias	261
9.4.4.2.	Equidade	266
9.4.4.3.	Honorários recursais	269
9.5.	Coisa julgada nas ações tributárias.....	272
9.5.1.	Estabilidade das sentenças terminativas	273
9.5.2.	Coisa julgada nas ações tributárias em que são julgadas relações jurídicas continuativas. A necessidade de releitura da Súmula n. 239 do Supremo Tribunal Federal	275

9.5.2.1	O STF e a coisa julgada em matéria tributária	278
9.5.3.	Coisa julgada “inconstitucional”	280
9.6.	Ações coletivas em matéria tributária	283

Capítulo 10

MANDADO DE SEGURANÇA TRIBUTÁRIO	291
10.1. Conceito e histórico	291
10.2. Direito líquido e certo	292
10.3. Prazo	296
10.3.1. Prestações tributárias sucessivas	298
10.4. O ato de autoridade fiscal	298
10.4.1. Compensação tributária	301
10.4.2. Leis tributárias	303
10.4.3. Mandado de segurança tributário preventivo	306
10.5. Legitimidade no mandado de segurança tributário	306
10.5.1. Legitimidade ativa	306
10.5.1.1. O falecimento do contribuinte impetrante	307
10.5.2. Legitimidade passiva	308
10.5.2.1. A autoridade coatora	310
10.6. Liminar	314
10.7. Procedimento	316
10.8. Sentença	318
10.9. Coisa julgada	320
10.10. Recursos	322
10.10.1. Recursos no mandado de segurança tributário de competência ori- ginária de primeiro grau	323
10.10.2. Recursos no mandado de segurança tributário de competência ori- ginária de tribunal	327
10.11. Execução	331

Capítulo 11

AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	333
11.1. Cabimento	333
11.1.1. Discussão da exigibilidade ou extensão do crédito tributário	337
11.1.2. Parcelamento do débito?	338
11.1.3. Consignação extrajudicial?	339
11.2. Depósito	339

11.3. Procedimento	343
11.3.1. Procedimento quando da exigibilidade do tributo por mais de um ente	343
Capítulo 12	
AÇÃO DECLARATÓRIA.....	345
12.1. Cabimento	345
12.2. Procedimento	347
12.2.1. Eficácia da sentença declaratória e seu cumprimento	347
12.3. Impossibilidade de ampliação da isenção prevista no artigo 6º, inciso XIV da Lei nº 7.713/88 pela via da ação declaratória	349
Capítulo 13	
AÇÃO ANULATÓRIA.....	353
13.1. Cabimento e natureza.....	353
13.2. Desnecessidade de depósito prévio como pressuposto processual da ação anulatória.....	354
13.3. Conexão entre ação anulatória e execução fiscal?	355
13.4. Litispendência entre ação anulatória e embargos à execução fiscal?	358
Capítulo 14	
AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO.....	361
14.1. Cabimento	361
14.1.1. O interesse de agir na repetição do indébito pela via judicial	362
14.2. Prazo	366
14.3. Legitimidade	367
14.4. Tramitação da ação de repetição de indébito durante pedido de compensação?	371
14.5. Cumprimento da sentença que deferir a restituição	373
14.5.1. O cumprimento da sentença que reconheça obrigação de pagar em face da Fazenda Pública	374
15.5.1.1. A impugnação ao cumprimento de sentença	380
Capítulo 15	
A CONSENSUALIDADE TRIBUTÁRIA.....	387
15.1. O acesso à solução justa para os conflitos	387
15.2. Os meios consensuais de solução de conflitos na Administração Pública.....	390
15.3. Os meios consensuais em matéria tributária.....	393

15.4. Alguns mecanismos de consensualidade tributária.....	399
15.4.1. As transações tributárias na Administração Federal - a Lei n. 13.988/20	399
15.4.2. Outros mecanismos de consensualidade tributária	404
15.5. Riscos à impessoalidade e efeitos concorrenciais na transação tributária	406
15.5.1. As transações por adesão na Lei n. 13.988/20.....	407
15.5.2. Confidencialidade x publicidade na consensualidade tributária.....	411
15.6. Negócios jurídicos processuais em matéria tributária.....	413
15.7. Arbitragem tributária	419
15.7.1. Arbitrabilidade objetiva tributária.....	423
 Capítulo 16	
DESJUDICIALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL.....	425
 REFERÊNCIAS	429